



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
“Casa de Eptácio Pessoa”
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

ATA

ATA DA 19ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DA 2ª. SESSÃO LEGISLATIVA, DA 18ª. LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2016.

Às nove horas, do dia seis de setembro, do mês de agosto, do ano de dois mil e dezesseis, no Plenário Deputado José Mariz, sob a Presidência da Deputada Estela Bezerra, reuniu-se a Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação, da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba para deliberar sobre as matérias constantes na Pauta atendendo à Convocação publicada no DPL nº: 7.229, de 06 de setembro de 2016. Havendo número regimental, a Presidente, “Invocando a proteção de Deus e em nome do povo paraibano”, declarou abertos os trabalhos da 19ª. Reunião Ordinária da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação, atendendo ao Edital de Convocação. Contando com a presença da dos seus membros: Presente: a Deputada Estela Bezerra (PSB), do vice Presidente Deputado Janduhy Carneiro (PTN), da Deputada Camila Toscano (PSDB) e dos Deputados: Branco Mendes (PEN) e do Líder do Governo, Deputado Hervázio Bezerra (PSB). Ato contínuo a Presidente convidou o Deputado Janduhy Carneiro (PTN) para secretariar os trabalhos, de quem solicitou a leitura do Edital de Convocação e das Atas da 17ª e 18ª Reunião Ordinária da Comissão. Postas em discussão e votação, as Atas foram aprovadas por unanimidade e sem restrições. Não havendo Expediente em Mesa, a Presidente determinou ao Secretário que procedesse a leitura das matérias que constaram na Pauta. DISCUSSÃO E

VOTAÇÃO DE PROPOSIÇÃO E RESPECTIVO PARECER QUE DISPENSAVA A DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO:869/2016 – DO DEPUTADO JOSÉ ALDEMIR – RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AO IDOSO SAGRADA FAMÍLIA – AAISF, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE, NESTE ESTADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relatoria: Deputada Camila Toscano, em substituição ao Deputado Manuel Ludgério, a qual emitiu parecer pela admissibilidade da matéria. Em discussão, não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado o parecer e o projeto por unanimidade. PROJETOS DE LEI N°S: 784/2016 - DO DEPUTADO ADRIANO GALDINO -INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO ESTADO DA PARAÍBA. Relatoria: Deputada Camila Toscano, que emitiu parecer pela inconstitucionalidade por vício formal. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado o parecer por unanimidade. 786/2016 - DO DEPUTADO ADRIANO GALDINO - VEDA A DISTINÇÃO DE PREÇO PARA PAGAMENTO EM DINHEIRO, CHEQUE E CARTÕES DE CRÉDITO OU DÉBITO PELOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, NO ESTADO DA PARAÍBA. Relatoria: Deputado Branco Mendes, que emitiu parecer pela admissibilidade e constitucionalidade da matéria. Em discussão do parecer, a Deputada Camila Toscano lembrou que já existe um projeto de lei semelhante aprovado pela Casa. O Deputado Branco Mendes, no entanto, ressaltou que o projeto existente trata da vedação de distinção de preço para pagamento em dinheiro, cheque e cartões de crédito ou débito pelos apenas em postos de combustível. Em votação o parecer, aprovado o parecer por unanimidade. 814/2016 - DO DEPUTADO ADRIANO GALDINO- INSTITUI A POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS E ASSISTÊNCIA A FILHOS DE MULHERES APENADAS OU FILHOS QUE TENHAM MÃES ASSASSINADAS NO ÂMBITO DO ESTADO DA PARAÍBA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relatoria: Deputada Camila Toscano, que emitiu parecer pela constitucionalidade. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado o parecer por unanimidade. 835/2016 - DO DEPUTADO ADRIANO GALDINO-INSTITUI A SEMANA DE PREVENÇÃO E COMBATE DA GRIPE H1N1 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Relatoria: Deputado Branco Mendes, que emitiu parecer pela constitucionalidade. Em discussão, não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado o parecer por unanimidade. 837/2016 – DO DEPUTADO BRUNO CUNHA LIMA- ALTERA A LEI Nº 8.996, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009, QUE “AUTORIZA O AFASTAMENTO DE SERVIDORA PÚBLICA QUE POSSUA FILHO(A) PORTADOR(A) DE DEFICIÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. Relatoria: Deputada Camila Toscano, que emitiu o parecer pela constitucionalidade da matéria. Em discussão, não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado o parecer por unanimidade. 838/2016 – DO DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA REDE HOSPITALAR DE SAÚDE DO ESTADO A DIVULGAR EM PAINÉIS ELETRÔNICOS NAS RECEPÇÕES DAS RESPECTIVAS UNIDADES DE SAÚDE, AMBULATÓRIOS E HOSPITAIS A RELAÇÃO DOS MÉDICOS E OUTROS PROFISSIONAIS DE SAÚDE COM SEUS RESPECTIVOS NÚMEROS DOS CONSELHOS A QUE PERTENÇAM NA FORMA QUE MENCIONA. Relatoria: Deputada Camila Toscano, em substituição ao Deputado Jeová Campos, a qual lembrou que já existe uma lei que trata do mesmo tema e emitiu parecer pela antijuridicidade da matéria, opinando pelo arquivamento do projeto. Em discussão o parecer, dentro, não houve quem quisesse fazê-lo. Em votação, aprovado o parecer por unanimidade. 840/2016 - DO DEPUTADO BRUNO CUNHA LIMA - INSTITUI O DIA ESTADUAL DA CONSCIÊNCIA CRISTÃ. Relator: Deputado Branco Mendes, em substituição à Deputada Olenka Maranhão, o qual emitiu parecer pela constitucionalidade da matéria. Em discussão, não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado o parecer por unanimidade. 841/2016 – DO DEPUTADO RENATO BENEVIDES GADELHA - DISPÕE SOBRE A RESERVA DE VAGAS PARA GESTANTES EM ESTACIONAMENTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Deputado Branco Mendes, o qual emitiu parecer pela constitucionalidade da matéria. Em discussão, a Deputada Estela Bezerra pediu esclarecimentos ao relator acerca do projeto, e, em seguida, pediu vista sobre a matéria por considerar o projeto inconstitucional por vício formal. 842/2016 – DO DEPUTADO JUTAY MENESES- CRIA O PROGRAMA DE SERVIÇO DISQUE DENÚNCIA DE CORRUPÇÃO GOVERNAMENTAL NO ESTADO DA PARAÍBA. Relatoria: Deputada

Camila Toscano, que emitiu o parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Em discussão, não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado o parecer por unanimidade.844/2016 - DO DEPUTADO JUTAY MENESES- INSTITUI A “SEMANA ESTADUAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO” NO ESTADO DA PARAÍBA.Relatoria: Deputado Branco Mendes, em substituição ao Deputado Bruno Cunha Lima, o qual emitiu parecer pela constitucionalidade da matéria.Em discussão, não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado o parecer por unanimidade.845/2016 – DO DEPUTADO JOÃO GONÇALVES - DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE POR PARTE DOS HOSPITAIS PÚBLICOS E PRIVADOS DO REGISTRO E DA COMUNICAÇÃO IMEDIATA DE RECÉM-NASCIDOS COM SÍNDROME DE DOWN ÀS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E ASSOCIAÇÕES ESPECIALIZADAS QUE DESENVOLVEM ATIVIDADES COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ESTADO DA PARAÍBA. Relatoria: Deputada Camila Toscano, em substituição à Deputada Olenka Maranhão, que emitiu parecer pela prejudicialidade, em face da Lei nº 10.616, de 29 de dezembro de 2015. Em discussão, não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado o parecer por unanimidade.846/2016 - DO DEPUTADO JOÃO GONÇALVES - INSTITUI A “SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE SÍNDROME DE DOWN” E O “PROGRAMA ESTADUAL DE ORIENTAÇÃO SOBRE SÍNDROME DE DOWN PARA PROFISSIONAIS DAS ÁREAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE”, NO ESTADO DA PARAÍBA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relatoria: Deputada Camila Toscano, que emitiu parecer pela constitucionalidade.Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado o parecer,com substitutivo, por unanimidade.847 2016 –DA DEPUTADA ESTELA BEZERRA - DISPÕE SOBRE NORMAS COMPLEMENTARES DE CONTRATOS PERTINENTES AO TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS.Relatoria: Deputada Camila Toscano, que emitiu parecer pela constitucionalidade.Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado o parecer por unanimidade.848/2016 –DO DEPUTADO BRUNO CUNHA LIMA - RECONHECE COMO PATRIMÔNIO CULTURAL E IMATERIAL O PROGRAMA TELEVISIVO MOMENTO JUNINO DE CAMPINA GRANDE.Relatoria:

Deputada Camila Toscano, que emitiu parecer pela juridicidade da matéria e aprovação do projeto. Em discussão, não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado o parecer por unanimidade. 850/2016 –DO DEPUTADO TOVAR CORREIA LIMA - TORNA OBRIGATÓRIO O COMPARECIMENTO ANUAL À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, DE TODOS OS SECRETÁRIOS DO GOVERNO DO ESTADO, PARA PRESTAREM CONTAS DAS SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS.Relatoria: Deputado Branco Mendes, em substituição ao Deputado Bruno Cunha Lima, o qual emitiu parecer pela inconstitucionalidade. Em discussão, não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado o parecer por maioria, com uma abstenção da Deputada Camila Toscano. 851 2016 - DO DEPUTADO TOVAR CORREIA LIMA - DISPÕE SOBRE A MATRÍCULA PRIORITÁRIA DOS DEPENDENTES LEGAIS DE SERVIDORES ESTADUAIS MORTOS OU INCAPACITADOS TOTALMENTE AO SERVIÇO PÚBLICO EM RAZÃO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL NAS UNIDADES DE ENSINO MANTIDAS PELO PODER PÚBLICO ESTADUAL, NA FORMA QUE INDICA. Relatoria: Deputado Branco Mendes, que emitiu parecer pela inconstitucionalidade, fundamentando a decisão de acordo com o artigo 63 da Constituição Estadual. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado por unanimidade. 852/2016 –DO DEPUTADO JUTAY MENESES - DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CANAL VIRTUAL, NO “SITE” DAS RESPECTIVAS SECRETARIAS DE ESTADO, PARA REQUERIMENTO E ACOMPANHAMENTO DE PEDIDO DE ISENÇÃO DE TRIBUTOS ESTADUAIS APLICADOS SOBRE TEMPLOS DE QUALQUER CULTO NO ESTADO DA PARAÍBA.Relatoria: Deputado Branco Mendes,que emitiu parecer pela inconstitucionalidade. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado por unanimidade. 853/2016 –DO DEPUTADO JUTAY MENESES – INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO ÀS DOENÇAS OCUPACIONAIS DO EDUCADOR DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DA PARAÍBA. Relatoria: Deputada Camila Toscano, em substituição à Deputada Olenka Maranhão, a qual emitiu o parecer pela prejudicialidade, em face da Lei nº 10.540, de 21 de outubro de 2015, opinando pelo arquivamento do projeto. Em discussão o parecer, não houve

quem quisesse discutir. Em votação, aprovado por unanimidade. 854/2016 - DO DEPUTADO EDMILSON SOARES – INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE COMBATE, CONTROLE, PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DE DOENÇAS TRANSMITIDAS PELO MOSQUITO AEADES AEGYPTI NO ESTADO DA PARAÍBA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Hervázio Bezerra, em substituição à Deputada Olenka Maranhão, o qual emitiu parecer pela inconstitucionalidade. Em discussão, não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado o parecer por unanimidade. 855/2016 - DO DEPUTADO ADRIANO GALDINO – DISPÕE SOBRE OBRIGAÇÕES DAS MONTADORAS E REVENDEDORAS DE VEÍCULOS EM QUE SEUS PRODUTOS SE TORNAREM OBJETO DE RECALL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Branco Mendes, em substituição ao Deputado Bruno Cunha Lima, o qual emitiu parecer pela inconstitucionalidade. Em discussão, não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado o parecer por unanimidade. 857/2016 – DO DEPUTADO ADRIANO GALDINO – DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DO USO DE PNEUS INTEIROS COMO CORPO DE PROTEÇÃO CONTRA COLISÃO EM PISTAS DE KART, AUTÓDROMOS, ESTACIONAMENTOS, GARAGENS E ESPAÇOS SEMELHANTES AO AR LIVRE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relatoria: Deputada Camila Toscano, em substituição à Deputada Olenka Maranhão, a qual emitiu parecer pela constitucionalidade na forma do substitutivo proposto. Em discussão, não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado o parecer por unanimidade. 856/2016 – DO DEPUTADO ADRIANO GALDINO – DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA PERMISSÃO DE LIVRE ACESSO DOS PROFISSIONAIS DE IMPRENSA EM LOCAIS PÚBLICOS E PRIVADOS DE NATUREZA PÚBLICA, NO DESEMPENHO DE SUAS MISSÕES, QUE ENSEJEM O DIREITO DE INFORMAÇÃO À SOCIEDADE. Relatoria: Deputado Janduhy Carneiro, que emitiu parecer pela inconstitucionalidade da matéria por vício formal. Em discussão, não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado o parecer por unanimidade. 858/2016 - DO DEPUTADO CAIO ROBERTO – TORNA OBRIGATÓRIA A INSCRIÇÃO DO GRUPO SANGUÍNEO E DO FATOR RH NAS FICHAS ESCOLARES DOS ALUNOS DAS REDES PÚBLICAS E PARTICULARES DE

ENSINO NO ESTADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relatoria: Deputada Camila Toscano, que emitiu parecer pela prejudicialidade em face da Lei nº 8.471/2008. Em discussão, não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado o parecer por unanimidade. Em virtude do adiantar da hora, a Presidente deu por encerrada a presente reunião. Plenário Deputado José Mariz, João Pessoa, 06 de setembro de 2016.

Deputada Estela Bezerra

- Presidenta -